



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

HELOISA HELENA TOMAZ DE MELO

**ROMPENDO PARADIGMAS: A TRAJETÓRIA AUTOBIOGRÁFICA DE UMA
ESTUDANTE CEGA NA UFPB**

João Pessoa - PB

2019

HELOISA HELENA TOMAZ DE MELO

**ROMPENDO PARADIGMAS: A TRAJETÓRIA AUTOBIOGRÁFICA DE UMA
ESTUDANTE CEGA NA UFPB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como parte dos
requisitos para obtenção da Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Adenize Queiroz de Farias.

João Pessoa - PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L768r Melo, Heloisa Helena Tomaz de Melo.

ROMPENDO PARADIGMAS: A TRAJETÓRIA AUTOBIOGRÁFICA DE UMA
ESTUDANTE CEGA NA UFPB / Heloisa Helena Tomaz de Melo
Melo. - João Pessoa, 2019.
52f.

Orientação: Adenize Queiroz de Farias.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Deficiência visual. 2. Ensino Superior. 3.
Aprendizagem. I. Farias, Adenize Queiroz de. II. Título.

UFPB/BC

HELOISA HELENA TOMAZ DE MELO

**ROMPENDO PARADIGMAS: A TRAJETÓRIA AUTOBIOGRÁFICA DE UMA
ESTUDANTE CEGA NA UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências para obtenção da Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em 30 de setembro de 2019.

Banca Examinadora

RIEPIE [FEEIE

Dr^a Adenize Queiroz de Farias - UFPB

Orientadora

Izaura Maria de Andrade da Silva

Dr^a Izaura Maria de Andrade da Silva – UFPB

Examinadora

Wilson Honorato Aragão

Dr. Wilson Honorato Aragão - UFPB

Examinador

João Pessoa - PB

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas pessoas com deficiência, seja congênita ou adquirida, que não tiveram medo de enfrentar esse mundo com tanta desigualdade. Esse trabalho é por todos nós!

Dedico aos meus avós maternos Augusto e Reinaldina e aos meus avós paternos Silvio e Maria Elisa, a quem cultivei muito amor.

E por fim, dedico esse trabalho a quem me ensinou tudo nessa vida, a quem me educou, empoderou e me ensinou a superar as adversidades e a sorrir com a vida. Ao meu amigo, meu herói, meu tudo, meu pai Silvio Ramos de Melo Filho.

AGRADECIMENTOS

A Olorum, a meu pai Oxalá e minha mãe Iemanjá que sem a proteção deles eu não estaria aqui. Axé!

Aos meus pais Silvio Filho (In memoriam) e Maria José que me ensinaram a ser família, ser uma pessoa simples e ajudar sempre ao próximo.

As minhas eternas apoiadoras Diana, Conceição, Thayane, Karla, Fabrícia. E especialmente, a minha apoiadora, amiga e pedagoga Dandara que me acompanhou durante 4 anos nessa jornada, que mesmo sem vínculo com a universidade ficou ao meu lado para redigir esse trabalho. Hoje, eu sei que ela foi a filha que eu não tive e Deus colocou no meu caminho.

Aos meus sobrinhos, João Pedro, Juliana e Caio. E a minha “neta” Hannah. Que um dia vocês possam trilhar esse mesmo caminho em busca do conhecimento.

A todos da família Tomaz e da família Melo.

A minha madrinha Elisa Maria, por todo esforço dedicado à minha pessoa durante todo o curso.

A Mayara Silva, que sempre esteve presente me ajudando nas tarefas domésticas do dia a dia. Um dia você vai estar aqui nessa mesma posição de formanda.

A todos os meus professores, que acreditaram na minha capacidade e não me excluíram devido a minha condição de deficiência. Aos professores que mostraram durante a caminhada que ainda não estavam preparados para conviver com a diversidade humana.

A professora Maria do Amparo, por todo carinho e apoio.

Ao professor Wilson Aragão, por ser a primeira pessoa a me acolher nessa universidade e pela oportunidade de ser a primeira monitora cega do Centro do Educação.

A professora Izaura Maria pela parceira e pelo lindo trabalho executado com louvor, nessa academia.

A minha orientadora Adenize Queiroz, por aceitar esse desafio, pela paciência e por todo carinho dedicado nesse trabalho. Conseguimos professora!

A todos minha eterna gratidão!

Prece de Gratidão

Senhor, muito obrigado, pelo que me deste, pelo que me dás!
pelo ar, pelo pão, pela paz!

Muito obrigado, pela beleza que meus olhos vêem no altar da natureza.
Olhos que contemplam o céu cor de anil, e se detém na terra verde, salpicada de
flores em tonalidades mil!

Pela minha faculdade de ver, pelos cegos eu quero interceder, por aqueles que
vivem na escuridão e tropeçam na multidão, por eles eu oro e a Ti imploro
comiseração, pois eu sei que depois dessa lida, numa outra vida, eles enxergarão!

Senhor, muito obrigado pelos ouvidos meus.
Ouvidos que ouvem o tamborilar da chuva no telheiro, a melodia do vento nos ramos
do salgueiro, a dor e as lágrimas que escorrem no rosto do mundo inteiro.
Ouvidos que ouvem a música do povo, que desce do morro na praça a cantar.
A melodia dos imortais que a gente ouve uma vez e não se esquece nunca mais.

Diante de minha capacidade de ouvir,
pelos surdos eu te quero pedir, pois eu sei, que depois desta dor, no teu reino de
amor, eles voltarão a ouvir!

Muito obrigado Senhor, pela minha voz!
Mas também pela voz que canta, que ensina, que consola.
Pela voz que com emoção, profere uma sentida oração!
Pela minha capacidade de falar, pelos mudos eu Te quero rogar, pois eu sei que
depois desta dor, no teu reino de amor, eles também cantarão!

Muito obrigado Senhor, pelas minhas mãos, mas também pelas mãos que aram, que
semeiam, que agasalham.

Mãos de caridade, de solidariedade. Mãos que apertam mãos.
Mãos de poesias, de cirurgias, de sinfonias, de psicografias, mãos que numa noite
fria, cuida ou lava louça numa pia.
Mãos que a beira de uma sepultura, abraça alguém com ternura, num momento de
amargura.

Mãos que no seio, agasalham o filho de um corpo alheio, sem receio.

E meus pés que me levam a caminhar, sem reclamar.
Porque eu vejo na Terra amputados, deformados, aleijados...e eu posso bailar!!...
Por eles eu oro, e a ti imploro, porque eu sei que depois dessa expiação, numa outra
situação,
eles também bailarão.

Por fim Senhor, muito obrigado pelo meu lar!
Pois é tão maravilhoso ter um lar...
Não importa se este lar é uma mansão, um ninho, uma casa no caminho, um
bangalô, seja lá o que for!
O importante é que dentro dele exista a presença da harmonia e do amor!

O amor de mãe, de pai, de irmão, de uma companheira...
De alguém que nos dê a mão, nem que seja a presença de um cão, porque é tão
doloroso viver na solidão!
Mas se eu ninguém tiver, nem um teto para me agasalhar, uma cama para eu deitar,
um ombro para eu chorar, ou alguém para desabafar..., não reclamarei, não
lastimarei, nem blasfemarei.
Porque eu tenho a Ti!
Então muito obrigado porque eu nasci!
E pelo teu amor, teu sacrifício, tua paixão por nós,
Muito obrigado Senhor!

(Amélia Rodrigues e Divaldo Pereira Franco)

RESUMO

A presente pesquisa se trata de uma autobiografia de uma estudante cega do curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, a qual expõe sua trajetória acadêmica até a conclusão do seu curso superior. As pessoas com deficiência devem ser reconhecidas como pessoas detentoras de direitos, que podem e devem superar os desafios que a sociedade excludente lhes impõe, entretanto, estas pessoas ficam impossibilitadas de enfrentar tais desafios quando lhes são violadas as condições asseguradas pela legislação brasileira. De acordo com esses documentos pessoas com deficiência são cidadãs, tendo, portanto, dignidade e direito à educação, saúde, trabalho, moradia como qualquer ser humano. Para tanto, delimitamos como objetivo geral: Analisar a trajetória de uma estudante cega do curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. E como específicos: a) Discutir processo de ensino e aprendizagem em alunos com deficiência visual; b) Identificar as barreiras vivenciadas por estudantes com deficiência no ensino superior; c) Propor possibilidades concretas de participação, aprendizagem e inclusão dos estudantes com deficiência em meio as inúmeras barreiras presentes no ambiente universitário. Como apresentação dos dados utilizou-se as vivências da autora, durante seu percurso acadêmico, como por exemplo: a elaboração de aulas inclusivas nas salas de aula do campus e nos estágios, assim como sua aprendizagem nesse processo de quebra de paradigmas.

Palavras chave: Deficiência visual. Ensino superior. Aprendizagem.

ABSTRACT

This research is an autobiography of a blind student of the pedagogy course of the Federal University of Paraíba, which exposes her academic career until the conclusion of her college degree. People with disabilities must be recognized as having rights, who can and must overcome the challenges that the exclusionary society imposes on them, however, these people are unable to face such challenges when violated by the conditions ensured by Brazilian law. According to these documents, people with disabilities are citizens, and thus have dignity and the right to education, health, work, housing like any human being. To this end, we outline as a general objective: To analyze the trajectory of a blind student of the pedagogy course of the Federal University of Paraíba. And as specific: a) Discussion teaching and learning process in students with visual impairment; b) Identify the barriers experienced by students with disabilities in higher education; c) propose concrete possibilities for participation, learning and inclusion of students with disabilities amidst the many barriers present in the university environment. The data presentation we used the author's experiences during her academic career, such as: the elaboration of including classes in the campus classrooms and internships, as well as her learning in this process of breaking paradigms.

Keywords: Visual impairment. University education. Learning.

LISTA DE SIGLAS

CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IES – Instituto de Ensino Superior

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NEDESP – Núcleo de Educação Especial

ONU – Organização das Nações Unidas

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

Sumário

1. Introdução	13
Capítulo 2: Deficiência visual, processo de aprendizagem e ensino superior.....	16
2.1 Conceituando deficiência visual: o que é cegueira e baixa visão?	16
2.2 Processo de aprendizagem no cotidiano escolar de alunos com deficiência visual.....	18
2.2.1 Soroban.....	20
2.2.2 Tecnologia assistiva	21
2.2.3 Orientação e mobilidade.....	24
2.3 O estudante com deficiência visual no ensino superior.....	25
Capítulo 3: Percurso metodológico.....	31
Capítulo 4: A trajetória autobiográfica de uma estudante cega na UFPB.....	34
4.1 Do acesso	34
4.2 Permanência.....	37
4.3 Participação	40
4.4 Aprendizagem	42
4. Conclusão e Recomendações	47
REFERÊNCIAS	49

1. Introdução

A escolha desse tema de pesquisa se deu em função das dificuldades vivenciadas por uma aluna com cegueira adquirida no decorrer de sua formação inicial no curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Além das dificuldades encontradas em relação a acessibilidade arquitetônica, a proposta deste trabalho ultrapassa a ideia de uma simples avaliação de espaços físicos, uma vez que pretende explicitar as inúmeras barreiras que marcam a passagem de uma estudante com deficiência no ensino superior.

Para tanto, buscamos ilustrar a realidade do que, de fato, acontece no dia a dia da universidade através de uma experiência vivida ao longo de 5 anos. As barreiras encontradas vão além de uma questão de locomoção, estas são voltadas aqui para a área de aprendizagem, currículo adaptado, avaliação e formação humana, o que para os estudantes com deficiência gera problemas presentes no cotidiano, tais como o preconceito, discriminação e exclusão.

Tais dificuldades, as quais são consequência de uma educação pragmática, resultam em obstáculos severos na vida escolar, profissional e emocional da pessoa com deficiência, o que leva muitas a desistirem da formação no meio do percurso. Ingressar num curso superior e conseguir alcançar sua conclusão é um processo extremamente desafiador, principalmente para as pessoas com deficiência que naturalmente enfrentam empecilhos ainda maiores nesse processo.

A partir desta inquietação, queremos mostrar ainda, que a superação, a força de vontade e capacidade vão além de tais problemas. As pessoas com deficiência devem ser reconhecidas como pessoas detentoras de direitos, que podem e devem superar os desafios que a sociedade excludente lhes impõe, entretanto, estas pessoas ficam impossibilitadas de enfrentar tais desafios quando lhes são violadas as condições asseguradas pela legislação brasileira (Constituição Federal, Lei Brasileira de Inclusão, dentre outras). De acordo com esses documentos pessoas com deficiência são cidadãos, tendo, portanto, dignidade e direito à educação, saúde, trabalho, moradia como qualquer ser humano.

Deve-se ainda observar que a deficiência por si só não pode ser percebida como um aspecto negativo que incapacita o indivíduo, impedindo-o de gozar de tais

direitos. Evidenciamos, dessa forma que existem possibilidades de ascensão da pessoa com deficiência, que pode exercer qualquer papel em qualquer contexto, desde que sejam superados os olhares estigmatizados ou caritativos.

Através de minha experiência como estudante de pedagogia, por aproximadamente 5 anos, constatei que podemos e devemos lutar por nossos direitos e ser reconhecidos por nossa capacidade e não por nossa condição biológica. Durante o curso busquei com muitas dificuldades adaptar vários trabalhos, avaliações e diálogos, alguns dos quais serão mencionados nos próximos capítulos, para que fosse possível me equiparar em igualdade de oportunidades com os demais colegas de minha turma, tanto em relação a participação como à aprendizagem. Tais desafios acompanharam minha trajetória não apenas nas atividades ligadas ao ensino, já que procurei me inserir no tripé promovido pela universidade: ensino, pesquisa e extensão. Buscando sempre, mesmo em condições e oportunidades desiguais, mostrar que sou capaz de superar todas as dificuldades em meio a ambientes excludentes, discriminatórios e carentes de acessibilidade.

Quero registrar aqui, que a ajuda de algumas pessoas que estiveram ao meu lado: professores, apoiadores, colegas e até faxineiros, foi determinante para obtenção de tais conquistas. Estou consciente de que a ação dessas pessoas não se deu por pena, e sim porque estas acreditaram na minha capacidade cognitiva, olhando para a minha condição de cegueira não como uma barreira, mas como uma característica física.

Enfatizamos, portanto que quando as barreiras, físicas ou atitudinais, são removidas se torna possível que pessoas com ou sem deficiência alcancem seus objetivos, a capacidade de se adaptar ao meio é inerente a condição humana de qualquer indivíduo. Por esta razão acreditamos que a construção de uma sociedade mais justa para todos começa a partir do nosso gesto de olhar para o outro, ou seja, não diferenciar nenhum ser humano em virtude de suas características que são singulares, afinal nossas diferenças são nossas semelhanças e todos nós indivíduos, independentemente de sermos ou não pessoas com deficiência, temos nossas limitações.

Mais que tão somente evidenciar dificuldades vivenciadas no decorrer do meu percurso acadêmico, espero a partir desse trabalho, apontar soluções que poderão

ser executadas no propósito de auxiliar professores, afim de que modifiquem sua relação e consequentemente suas atitudes e práticas diante de estudantes com deficiência.

Para tanto, delimitamos como objetivo geral: Analisar a trajetória de uma estudante cega do curso de pedagogia da Universidade Federa da Paraíba. E como específicos: a) Discutir o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência visual; b) Identificar as barreiras vivenciadas por estudantes com deficiência no ensino superior; c) Apontar possibilidades concretas de participação, aprendizagem e inclusão dos estudantes com deficiência em meio as inúmeras barreiras presentes no ambiente universitário.

A construção teórica deste texto, apresentada no capítulo um traz elementos acerca do estudante com deficiência visual e sua relação com a aprendizagem, com foco no ensino superior. Posteriormente faz-se considerações em relação ao caminho e aos métodos utilizados para a investigação. O capítulo três reúne elementos autobiográficos da autora a qual detalha minuciosamente dificuldades, como também experiências exitosas vivenciadas no decorrer de sua formação. Finalmente a autora apresenta suas conclusões/recomendações diante da temática deste trabalho de conclusão de curso.

Capítulo 2: Deficiência visual, processo de aprendizagem e ensino superior

Neste capítulo apresentamos considerações teóricas relevantes que nos permitem aprofundar questões acerca da deficiência visual, tema central de nosso estudo. Nesse sentido, após conceituarmos a deficiência visual, abordamos algumas características específicas em relação a aprendizagem desses estudantes, culminando com a participação dos mesmos no ensino superior.

2.1 Conceituando deficiência visual: o que é cegueira e baixa visão?

Nessa seção, apresentamos algumas definições acerca da deficiência visual, que pode ser classificada como cegueira ou baixa visão, ressaltando que a compreensão desta classificação é de fundamental importância na convivência e na relação com estudantes com deficiência visual, seja na educação básica seja no ensino superior.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais *apud* Aciem, Rocha, Rodrigues (2013, p. 69), a cegueira é definida como

perda da visão, em ambos os olhos, ou resíduo mínimo de visão que leva a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos específicos.

Podemos, portanto, estabelecer que pessoas cegas, são aquelas que estão impossibilitadas de enxergar paisagens, pinturas e etc.

Além disso, é importante citar que considera-se cegueira congênita quando o indivíduo nasce sem o sentido da visão ou o perde antes dos 5 anos de idade.

Por outro lado, a baixa visão é entendida como:

comprometimento da função visual em ambos os olhos, mesmo após tratamento ou correção. A pessoa com baixa visão possui resíduo visual em grau que lhe permite ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos didáticos e equipamentos especiais (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS *apud* ACIEM; ROCHA; RODRIGUES, 2013, p. 69).

Vale ressaltar que em ambos os casos, cegueira ou baixa visão, tais condições podem ser adquiridas ao longo da vida, por motivo de saúde ou acidente. As pessoas que adquirem deficiência visual ao longo da vida, passam por um processo de

adaptação a sua nova condição buscando soluções diante das novas barreiras impostas pela sociedade, que até então não existiam para elas, pelo fato de serem videntes¹.

Faz-se necessário lembrar ainda que essas pessoas trazem consigo uma memória visual acerca de determinados aspectos relacionados ao mundo, coisas e pessoas a sua volta, ou seja, já existe para elas uma construção de imagens. Assim, estas pessoas se basearão principalmente nas suas memórias preservadas. O que ao nosso ver torna mais fácil o processo de construção e compreensão do mundo, como também suas possibilidades de interação e participação social.

Fica claro portanto, que existe diferenças entre pessoas que apresentam deficiência visual congênita e pessoas que a adquirem, já que estas se relacionam com o mundo através das experiências construídas por meio do sentido da visão. Podendo, por exemplo, diferenciar fatores como: peso, altura e forma dos animais, entre outros, o que não acontece nos casos de pessoas que apresentam cegueira congênita.

No caso particular da autora deste trabalho, a qual adquiriu a deficiência visual aos 42 anos de idade por meio de retinopatia diabética, o fato de possuir memória visual acaba se tornando um facilitador para uma leitura mais perceptível dos ambientes, conceitos e informações a sua volta, o que lhe permite refletir acerca de experiências concretas, contribuindo significativamente no processo de aquisição do conhecimento e ensino-aprendizagem.

Nestes casos, as adaptações vão além do aprendizado cognitivo, torna-se necessário aprender também questões como o uso da bengala, a leitura tátil do sistema braille, a realização cotidiana das tarefas domésticas, além do autocuidado e das novas formas de percepção a partir da relação com o tato, o olfato e a audição, elementos essenciais nesta nova condição de vida.

Segundo Vygotsky (1997, p.73) a cegueira “não é somente um defeito, uma debilidade, senão também, em certo sentido, uma fonte de manifestação das capacidades, uma força”. Sendo assim, este processo se caracteriza como um renascimento que envolve inclusive questões, de ordem psicológica e emocional, já

¹ Pessoa que possui o sentido da visão.

que a pessoa que antes era vidente, agora passa a depender e confiar em outras pessoas.

Com base nas informações acima, consideramos que, para a realização de um trabalho pedagógico eficaz, é de fundamental importância que os professores conheçam a causa da deficiência visual de seus alunos, uma vez que, quando pensamos em educação para alunos cegos, geralmente imaginamos lidar com uma pessoa que sempre conviveu com a deficiência visual, ou seja, que é alfabetizado em braille, desconsiderando a possibilidade de perda visual ao longo da vida.

Na seção seguinte, mostraremos que a realidade não é exatamente assim, afinal cada um de nós, independentemente de sermos ou não pessoas com deficiência, somos seres únicos que possuímos histórias e características específicas, razão pela qual temos formas peculiares para construção da aprendizagem.

2.2 Processo de aprendizagem no cotidiano escolar de alunos com deficiência visual

Sabemos que desde as sociedades primitivas existem pessoas com deficiência, e muitas delas foram excluídas do direito a quaisquer formas de participação social. As pessoas com deficiência visual em especial, até a idade média eram consideradas como seres sábios e iluminados, pois podiam sentir e descrever coisas que não viam, e as pessoas daquela época acreditavam que tal ato se caracterizaria como uma ação sobrenatural.

Graças ao iluminismo, em meados do século XVIII, a ciência ganhou força, sobrepondo-se ao misticismo religioso, o que gerou uma mudança significativa no funcionamento da sociedade, e com isto novas ideias surgiram e “no lugar da mística foi posta a ciência, no lugar do preconceito, a experiência e o estudo”(VYGOSTKY,1997,p.75).

Sendo assim, as pessoas cegas começaram a ter acesso à educação e ensino mais adequado, contudo, além desta educação ocorrer em espaços segregados, que posteriormente, foram denominadas escolas especiais, observamos que tal processo ainda não era totalmente voltado para às necessidades específicas de uma pessoa com deficiência visual.

Buscando alcançar esse objetivo, no ano de 1825 surgiu o sistema braille, um código de escrita tátil, que possibilitou, a inclusão das pessoas cegas no mundo das palavras, em decorrência desse novo alfabeto diferenciado voltado para atender tais necessidades específicas, surgiram novas expectativas e oportunidades para a aceitação da participação social das pessoas cegas. Afinal, tais pessoas agora poderiam começar a ter acesso à educação, e logo, a cultura. Sendo assim,

pela primeira vez, partindo da observação científica e com o critério da experiência, abordou-se o fato de que a cegueira não é só um defeito, uma deficiência, senão também que incorpora novas forças, e novas funções à vida e à atividade e motiva certo trabalho criador orgânico (Vygostky, 1997, p.76).

Com o advento da modernidade, e os consequentes avanços científicos, comprovou-se que as pessoas cegas, consideradas até então “seres elevados”, na verdade se adaptavam biologicamente a sua condição, ou seja, com a falta total do sentido da visão, elas buscavam outras formas de enxergar o mundo ao seu redor.

Nesse período, percebemos a hegemonia do modelo medico patológico, o qual prevaleceu por muitos anos acima de qualquer aspecto e/ou condições humanas vivenciadas pelas pessoas com deficiência. Nessa lógica, o que sobressaía eram os déficits, em detrimento de suas capacidades limitando a pessoa com deficiência, logo tal modelo observava tão somente a pessoa pelo seu estado físico ou sensorial, incapacitando-a, tornando-a um mero espectador inapto a desenvolver qualquer tarefa ou aprendizado cognitivo, social, cultural e etc.

Só começamos a pensar nessa questão como problemática, no final do século XX com o surgimento do movimento da inclusão das pessoas com deficiência. A partir daí, foram elaborados diversos documentos oficiais nacionais e internacionais. No cenário internacional, um dos pioneiros foi a Declaração de Salamanca (1994) que pela primeira vez apontou em seu texto que “todos são iguais, capazes de aprender e de socializar”. Outro documento de extrema importância aqui no Brasil no tocante a educação foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e mais recentemente a Lei Brasileira de Inclusão (2015).

Como consequência dessas conquistas, com o passar dos anos a aprendizagem, a socialização e outros aspectos da vida das pessoas com deficiência, chamaram a atenção de uma série de pesquisadores, contribuindo para a melhoria da

vida desses indivíduos, assim como a sua inserção social. Ou seja, esses pesquisadores possibilitaram que a deficiência passasse a ser identificada como uma questão social.

De acordo com Diniz (2007), nesta nova concepção, o “problema” desloca-se do viés biológico, uma vez que se afirma que é a sociedade que não oferece condições para que essas pessoas consigam se desenvolver e interagir, como qualquer outro ser humano.

Nessa perspectiva, considerando que, uma vez oferecidas as condições e ambientes favoráveis a sua aprendizagem, pessoas com deficiência visual alcançam êxito na escola e na sociedade em geral, apresentamos abaixo alguns elementos que, nos últimos anos, foram reconhecidos como indispensáveis no caminho percorrido por estes estudantes visando a construção do conhecimento do mundo e das coisas a sua volta.

2.2.1 Soroban

O soroban se trata de um instrumento cujo objetivo é calcular, semelhante ao ábaco, este instrumento pode ser encontrado em madeira ou plástico. O Soroban possui hastes verticais, contendo nestas, contas deslizantes e uma barra horizontal fixa através das hastes. Na parte inferior existem 4 contas em cada eixo com valores que correspondem a 1. Já na parte superior há uma conta com valor correspondente a 5 em cada eixo. Existem sorobans com 13, 21 ou 27 eixos, sendo o mais utilizado o de 21 eixos.

De acordo com Abreu (2013) sobre a sua origem existem diversas fontes e relatos de como surgiu, mas ainda não foi possível dizer exatamente quando e onde surgiu. O que se sabe é que chegou ao Brasil no início século XX por meio dos imigrantes japoneses.

Vale salientar que não foi criado visando atender as necessidades das pessoas com deficiência visual, afinal era um instrumento muito utilizado por pessoas videntes no auxílio das operações matemáticas básicas e em cálculos grandes, principalmente no comércio.

Em relação a educação de pessoas cegas, observa-se que o ensino do soroban somente foi inserido no ano de 1959. Não demorou muito para que se pudesse perceber como este instrumento seria uma grande aliado e facilitador na alfabetização matemática uma vez que “com alguma habilidade o deficiente visual pode escrever nele números com a mesma velocidade ou até mesmo mais rápido que um vidente escreve a lápis no caderno.” (ABREU, 2013, Pag.60). Observa-se ainda, que, a partir da utilização do soroban, estimula-se o raciocínio lógico e a construção dos conceitos matemáticos.

Por determinação das leis voltadas para à educação e inclusão das pessoas com deficiência visual, assim como o braille, o soroban se tornou um material de uso indispensável e obrigatório na educação de crianças cegas que frequentam a escola, uma vez que colabora para o desenvolvimento pleno do educando.

Nesse sentido, como afirma Oliveira (2015, p. 6),

O soroban, além de auxiliar nos cálculos matemáticos, ainda estimula a coordenação motora, sendo capaz de desenvolver concentração, raciocínio lógico-matemático, atenção, memorização, percepção e cálculo mental, principalmente porque o operador é o responsável pelos cálculos por meios concretos, aumentando a compreensão dos procedimentos envolvidos.

Por esse motivo, julgamos que é de extrema importância que as primeiras noções básicas envolvendo os conteúdos matemáticos sejam incluídas na sala de aula com a utilização desse material oferecendo equidade a todos os estudantes.

Outro aspecto que reforça a necessidade de utilização do soroban em sala de aula, é o fato das pessoas que não são cegas poderem igualmente fazer uso do mesmo, possibilitando a realização da mesma atividade para todos os alunos. Com isso, facilita-se a socialização e consequentemente a inclusão do aluno cego no ambiente escolar, colocando-o em condições iguais de participação e aprendizagem, correspondendo assim, às suas reais necessidades e expectativas.

2.2.2 Tecnologia assistiva

É importante iniciar essa discussão partindo do ponto de vista de que o termo tecnologia nos faz lembrar o aparato do mundo informatizado, porém tecnologia assistiva consiste em qualquer produto ou mecanismo que busca apoiar as

necessidades específicas de um grupo de pessoas com deficiência, proporcionando-lhes assim, uma maior e melhor qualidade de vida. Assim sendo, todo e qualquer recurso, virtual ou manual, que tenha sido criado com esta intenção, é caracterizado como tecnologia assistiva.

Considerando o princípio de que pessoas cegas devem viver em condições de igualdade na sociedade, observou-se a recorrente necessidade de projetar e executar meios que fornecessem as mesmas acessibilidade na realização das mais diversas tarefas, sejam educacionais ou de vida diária.

Nos dias atuais, em que se registra um considerável aumento no índice de pessoas com deficiência adquirida, as quais apresentam certa dificuldade para leitura de textos no sistema braille, indaga-se: Como possibilitar o acesso à leitura de pessoas cegas que não fazem uso desse sistema de escrita e leitura?

Quando falamos em autonomia queremos dizer que todas as pessoas com deficiência têm o direito de se locomover, assim como, de executar sozinhas determinadas tarefas. Hoje tal processo é plenamente possível graças ao auxílio de instrumentos projetados com a finalidade de atender as necessidades decorrentes da condição da deficiência, proporcionando a estas pessoas um certo grau de liberdade e oportunidades.

É nessa perspectiva que surge a tecnologia assistiva, através da qual torna-se possível que, apesar de suas limitações, pessoas com deficiência desempenhem tarefas, das mais simples às mais complexas. Podemos observar abaixo a definição de tal conceito:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (AMORIM *et.al*, 2009, p. 13).

No caso das pessoas com deficiência visual, existem tecnologias mais simplificadas a exemplo: calculadoras, relógios, termômetros e diversos outros equipamentos com voz, os quais são de extrema relevância na realização de tarefas diárias.

Visando o acesso à leitura como também a produção de textos escritos, as tecnologias assistivas mais utilizadas por pessoas com deficiência visual são as seguintes:

No computador:

- Dosvox: Criado no ano de 1992, no Núcleo de computação eletrônica da Universidade Federal do rio de janeiro, o sistema possui um sintetizador de voz, o qual além de outras ações, permite que pessoas cegas possam digitar, ler, formatar ou imprimir um texto.
- NVDA: Esse software foi criado em 2006 e possibilita que pessoas cegas utilizem o computador dentro do sistema operacional Windows. É importante destacar que, por se tratar de um software livre, o NVDA surgiu como uma alternativa viável as pessoas cegas que não podiam pagar pelo custo elevado de outros softwares similares já disponíveis no mercado, a exemplo do Jaws.

No celular:

- Talkback e Voice Over: São aplicativos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual que fazem leitura da tela, sendo o primeiro para dispositivos com sistema Android e o segundo disponível para o sistema IOS. Ambos aplicativos já estão disponibilizados no ato da compra dos aparelhos, cabendo ao usuário apenas ativá-lo para conseguir utilizá-lo normalmente.

Outros dispositivos móveis.

- Linha braille: É um dispositivo eletrônico que pode ser ligado ao computador, cujo objetivo é transformar o conteúdo textual digitalizado em informação tátil, ou seja, converte textos para o braille, proporcionando por exemplo, a leitura de livros digitais para pessoas cegas que preferem o uso do braille a leitores de voz.

Esses e outros mecanismos de tecnologia assistiva mudaram significativamente a vida das pessoas com deficiência ampliando para elas as possibilidades de acesso a comunicação e informação.

Entretanto um dos grandes desafios a serem enfrentados diz respeito ao fato de que, na maioria dos sites, as informações não se encontram disponíveis em

formatos acessíveis, o que ocorre, por exemplo, nos sistemas acadêmicos de um número significativo de universidades brasileiras.

2.2.3 Orientação e mobilidade

Como vimos anteriormente, a tecnologia assistiva visa colaborar significativamente para a autonomia das pessoas com deficiência. Todavia, as pessoas com deficiência visual, público alvo desta pesquisa, também precisam aprender sobre a orientação e mobilidade, prática fundamental para garantir autonomia dessas pessoas, assegurando-lhes o direito humano e constitucional de ir e vir.

Os estudos relacionados ao desenvolvimento da mobilidade de um indivíduo com deficiência visual surgiram com maior força após a Segunda Guerra Mundial, ocasião em que vários combatentes adquiriram cegueira. A partir daí começou-se a pensar em técnicas e estratégias que pudessem proporcionar a essas pessoas uma maior inclusão na família e na sociedade, diminuindo assim o nível de dependência de outras pessoas.

Tal técnica chegou ao Brasil no ano de 1957 e começou a ser adotada nos centros especializados. Não demorou muito para que se percebesse a importância do domínio de tais habilidades. Com o passar dos anos surgiram cursos de formação para capacitar profissionais como: educadores físicos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, dentre outros. O objetivo dos profissionais que trabalham com orientação e mobilidade é o de proporcionar segurança a pessoa com deficiência visual, respeitando seus limites e características peculiares.

As pessoas normalmente atribuem a pessoa com deficiência visual uma dependência constante da sua ajuda e vigilância, com poucas habilidades principalmente para o seu deslocamento no ambiente de forma autônoma e segura. (HOFFMANN e SEEWALD, 2003).

Com isso, não estamos afirmando que pessoas cegas não necessitam de ajuda. Defendemos, no entanto, que é preciso incentivá-las nesse aprendizado buscando melhorar a sua qualidade de vida, sua autoconfiança, e conseqüentemente, o seu processo de empoderamento.

Nessa perspectiva a orientação da pessoa com deficiência visual se refere a habilidade que ela tem de perceber o ambiente a sua volta, por meio dos sentidos remanescentes. Já a mobilidade requer um processo de treinamento com profissional capacitado, e ensino-aprendizagem com o auxílio de diversos recursos, como por exemplo o cão-guia e a bengala longa.

Estudos mais recentes em torno da orientação e mobilidade apresentam o uso da bengala verde classificando-a como mecanismo que auxilia na identificação e na visibilidade de pessoas com baixa visão. Tais estudos são de origem argentina, e de autoria da pesquisadora Perla Mayo. Ambos recursos visam favorecer o desenvolvimento das habilidades e capacidades perceptivo-motoras do indivíduo.

Particularmente, no caso das pessoas com cegueira adquirida, é de grande importância que parentes e amigos estejam presentes e atuantes como incentivadores, encorajando essas pessoas em relação as novas possibilidades de locomoção.

Gostaríamos de destacar que tal aprendizado varia de acordo com as especificidades e necessidades de cada um. No caso da autora deste trabalho a qual adquiriu a deficiência visual, passa a ser um processo mais difícil, pois a mesma era vidente a mais de 40 anos. Por esta razão, mesmo com auxílio da bengala ainda encontra dificuldades para andar sozinha, em espaços públicos, necessitando, por isso, de um apoio humano constante.

Para além do braille, os recursos apresentados acima, são de extrema relevância no cotidiano de pessoas com deficiência visual, seja congênita ou adquirida. Por meio do soroban e dos diversos recursos de tecnologia assistiva ou mesmo com o auxílio de bengala e cão-guia pessoas com deficiência visual adquirem maior autonomia dentro e fora dos espaços escolares.

2.3 O estudante com deficiência visual no ensino superior

A chegada de qualquer estudante na universidade representa uma novidade tanto para seus colegas discentes como para os professores que os acompanharão nessa trajetória. Saímos de um modelo de educação pragmática e tradicional oferecido no ensino fundamental e médio, e adentramos num universo onde

precisamos nos tornar protagonistas de nossas histórias, assim como sujeitos críticos no processo de aquisição e construção do conhecimento.

Tudo é novo! Ao chegarmos aqui nos deparamos com alunos de contextos e histórias diferentes, provenientes de lugares diferentes, além de uma diversidade cultural, étnica e/ou de gênero, afinal a universidade é um ambiente laico. E o que dizer ou pensar em relação a deficiência?

Quando pensamos nessa nova etapa da vida pela perspectiva de uma pessoa cega, adentramos num universo muito mais complexo, pois nesse caso, estamos trazendo, um indivíduo apto a participar desse novo e tão diverso contexto, que por sua vez encontra-se despreparado para recebê-lo.

Entretanto, há um longo caminho a ser percorrido entre o acesso, a permanência destes estudantes na universidade e a conclusão do seu curso, isto porque, os obstáculos encontrados são muitos, o que dificulta e por vezes interrompe este processo.

Por se tratar de um tema de extrema relevância, já é possível visualizar um considerável número de pesquisas em torno desta temática. Neste trabalho destacamos os estudos de Lira e Schlindwein (2008) Coutinho (2011), e Alexandrino et. Al (2017).

No trabalho realizado por Lira e Schlindwein (2008) as autoras discutem a inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino superior a partir dos relatos de três participantes, considerando suas memórias escolares. Com esta pesquisa foi possível perceber que tais estudantes tiveram uma carreira escolar e acadêmica conturbada e cheia de dificuldades, que felizmente foram superadas. Tais experiências, contribuíram para que estes indivíduos se tornassem independentes e valorizados por sua comunidade.

A pesquisa desenvolvida por Coutinho (2011) foi realizada em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) do município de Campo Grande/MS. A autora analisa o processo de inserção de estudantes com deficiência visual no ensino superior, argumentando que, a verdadeira inclusão somente acontecerá, quando ocorrer a quebra de paradigmas e das barreiras atitudinais, que de acordo como os

entrevistados, se traduzem em experiências de discriminação e ausência de estruturas acessíveis nos diversos campi.

No estudo realizado por Alexandrino et. al (2017), o qual buscou, por meio de um estudo de caso, investigar as dificuldades que uma ex-aluna cega vivenciou durante a sua graduação em uma universidade pública. Os resultados mostraram que as principais barreiras enfrentadas pelas pessoas cegas ao longo de sua formação, no tocante ao acesso, permanência e desenvolvimento são: falta de materiais adequados, ausência de acessibilidade arquitetônica, a capacitação dos docentes e funcionários e a falta de sensibilidade para perceber o que precisa ser melhorado no atendimento educacional desses estudantes.

A partir de tais fontes, percebe-se que ao longo de sua permanência na universidade, as pessoas com deficiência visual, objeto deste estudo, necessitam de acessibilidade arquitetônica, tecnológica, pedagógica e atitudinal, o que já está assegurado na legislação nacional (BRASIL, 2015).

Como observamos no decorrer desse trabalho, o processo de inclusão educacional das pessoas com deficiência, ainda hoje é uma questão a ser resolvida, isto porque temos que enfrentar uma série de barreiras, a fim de garantir que as leis, sejam, de fato, cumpridas.

Embora, em seu capítulo V a Lei de Diretriz e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) explicita objetivamente a respeito da necessidade da promoção de uma educação especial inclusiva em todos os níveis de ensino, observamos que, passados vinte e três anos desde a publicação desta lei, ainda nos encontramos imersos em um contexto educacional que denominamos inclusão excludente.

Isto porque um dos maiores desafios educacionais com o qual nos deparamos hoje consiste em oferecer condições acessíveis, atendendo as especificidades dos diversos alunos com deficiência, seja na educação básica seja no ensino superior. Tal garantia, prevista no decreto 5296 ao tratar da acessibilidade de estudantes com deficiência assegura que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

Como consequência desta Lei, o número de matrículas de pessoas com deficiência nas Instituições de ensino superior teve um aumento significativo. Isto porque diversas modificações foram implantadas em relação a metodologia de aplicação e correção das provas admissionais nestas instituições. Com o novo processo de seleção denominado Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), as possibilidades de acesso e condições de igualdade se ampliaram para todos os candidatos que ingressam nas universidades brasileiras.

Como todo cidadão, as pessoas com deficiência são detentoras do direito de estar presentes em uma instituição superior, garantia que para as pessoas com deficiência se amplia por meio da lei de cotas nº 13.409 (BRASIL, 2016). Porém, mesmo após as adaptações oferecidas aos estudantes que realizam o Enem, tais como: computadores com leitores de tela, leitores, provas ampliadas, salas individuais, entre outras, as dificuldades persistem.

Podemos notar isto, através do censo da educação superior (INEP, 2016) o qual mostrou que o contingente de alunos com deficiência nas universidades públicas não chega a representar 1% dos mais de 8 milhões de estudantes presentes nestas IES. E que desse número, temos uma taxa de 27% de evasão, dos referidos estudantes.

É certo que tais adaptações são determinantes para o acesso acadêmico das pessoas com deficiência. Todavia, a ausência de políticas públicas durante o período de sua permanência na universidade ratifica o processo que denominamos anteriormente, inclusão excludente.

Nessa perspectiva, incluir significa:

organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais - aquelas referentes ao “olhar” das pessoas “normais” e desinformadas – para que se promova a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si (CARVALHO *apud* FERREIRA, 2007, p. 44).

Pelo que vimos, o direito a uma educação para todos já está posto. O desafio agora consiste em criar possibilidades para que pessoas com deficiência permaneçam e concluam seu curso.

Assim, ressalta-se a necessidade de que, no processo de ensino, pesquisa e extensão, a universidade possa reconhecer que qualquer pessoa que traga em seu corpo algum limite biológico, não deve ser considerada incapaz de aprender, de socializar, de ser amada, de trabalhar, enfim, de produzir conhecimento. Na verdade, o que falta à academia, é um olhar em relação as potencialidades desses sujeitos, que deveria se somar à implementação de políticas públicas eficazes. (LIRA, 2019, p. 29)

Nessa perspectiva, pensar em acessibilidade implica em estimular a adoção de práticas que promovam a igualdade de oportunidades entre as pessoas com deficiência e os demais estudantes. Trata-se, portanto, de considerar sua presença e a necessidade de ajustar ambientes visando maximizar sua participação nas diversas atividades promovidas na universidade.

No caso específico das pessoas com deficiência visual, a falta do sentido da visão gera, para estas, a necessidade de que sejam adotadas medidas de suporte que as auxiliem no decorrer de seu percurso acadêmico. Essas medidas podem contemplar desde profissionais para auxiliar na locomoção, até tecnologias assistivas que tornem os conteúdos acessíveis ou mesmo adaptação de metodologias de ensino, o que será de responsabilidade dos docentes.

A esse respeito acreditamos que, se estas ações fossem desenvolvidas no ato do ingresso destes estudantes no ensino superior, haveria uma diminuição considerável no índice de evasão, reprovação e conclusão tardia, processo recorrente dentro das universidades públicas brasileiras.

Porém, entendemos que as discussões em torno desta temática só resultarão em experiências positivas quando seus reais protagonistas forem ouvidos, ou seja, deve-se ter claro a importância de verificar junto a este grupo social quais são suas reais necessidades.

Independente de ser ou não pessoa com deficiência visual, cada sujeito possui sua singularidade, suas habilidades e suas potencialidades. Nesse sentido, para que o processo de educação inclusiva se concretize, na educação básica ou na universidade, é preciso voltar nossa atenção para essas diferenças, dando a cada indivíduo a oportunidade de explicitar suas necessidades.

Não se pode negar que são muitas as áreas que atualmente se voltam para discussões acerca das questões relacionadas a deficiência. Aqui, o grande problema

é que muitos fazem isso de forma generalizada, colocando todas as pessoas com deficiência em um único contexto, desconsiderando sua história de vida e a forma como cada pessoa convive com a condição da deficiência. Partindo desse pressuposto, observamos que se anula o princípio do “nada sobre nós, sem nós”, estabelecido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

Tal processo poderia ser mais efetivo se conseguíssemos remover, principalmente, as barreiras atitudinais presentes no ambiente universitário.

Capítulo 3: Percurso metodológico

Este capítulo apresenta algumas reflexões acerca do caminho percorrido para a realização dessa pesquisa, a qual está fundamentada nas abordagens qualitativas.

De acordo com Minayo (2009) este tipo de pesquisa responde questões particulares que não podem ser quantificadas, pois resultam da ação, pensamento e interpretações humanas sobre suas atitudes, dentro do seu contexto e realidade vivenciada com os seus semelhantes.

Partindo do pressuposto de que o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a trajetória de uma estudante cega no curso de pedagogia da UFPB, e ainda, por considerar que, assim como ocorre com o coletivo de estudantes com deficiência, nossa vivência foi marcada por uma série de barreiras arquitetônicas e atitudinais, tomamos a decisão de registrar esse percurso por meio de uma pesquisa biográfica.

O método biográfico possibilita penetrar nos caminhos que o sujeito percorre enquanto construtor que é de sua própria história, por que vivenciou experiências marcadas por aspectos formativos e profissionais, a partir de sua inserção no determinado contexto cultural e coletivo responsável por sua identidade. (DURAN, 2014, pág 235).

Estamos cientes de que, a universidade ainda reflete paradigmas excludentes e discriminatórios, os quais são consequência de uma cultura que ainda hoje associa deficiência e incapacidade, o que reduz drasticamente as perspectivas de participação destes estudantes nas diversas atividades acadêmicas.

Assim, após uma releitura do caminho que percorremos ao longo de nossa permanência no curso de pedagogia, temos a clareza de que as experiências vivenciadas, ora positivas, ora adversas foram determinantes para que pudéssemos ressignificar nossa identidade enquanto pessoa e profissional na condição de deficiência.

A utilização desse método visa a não apenas colaborar com a ciência da educação trazendo novas dimensões e conhecimentos como também colocar o sujeito na posição de protagonista de sua formação e do processo de investigação sobre ela. (SANTOS, GARMS, 2014 p. 4099)

Os relatos autobiográficos apresentados no capítulo seguinte reúnem uma série de experiências vivenciadas desde o ingresso na universidade até a conclusão do curso, que se encontram detalhadamente registradas tanto em nossa memória como em um diário organizado especificamente para essa finalidade. Além disto, optamos por destacar em sua autobiografia as falas em primeira pessoa da autora em *itálico*, e em **negrito** as mais impactantes.

Os estudos mais recentes indicam que “pesquisas a partir das narrativas autobiográficas estão sendo amplamente utilizadas nos estudos das ciências sociais, pois contribuem para o estudo da forma como os seres humanos experimentam o mundo” (SANTOS, GARMS, 2014, p. 4100).

Dessa forma, ao registrar os inúmeros obstáculos vivenciados no decorrer de nossa formação profissional, esperamos contribuir no sentido de suscitar novas reflexões, e conseqüentemente, novas práticas em vista da eliminação das barreiras que afetam um número cada vez maior de estudantes com deficiência que ingressam nas universidades brasileiras.

Este trabalho tem como *lôcus* o campus I da Universidade Federal da Paraíba, situado no bairro do Castelo Branco, na cidade de João Pessoa. No capítulo autobiográfico, mencionamos experiências externas à universidade vivenciadas, por exemplo, nas escolas onde foram realizados os estágios curriculares obrigatórios. Entretanto, tais experiências são decorrentes do processo de permanência na referida instituição.

Ainda no tocante ao *lôcus* da pesquisa, julgamos relevante destacar ações adotadas por esta universidade no intuito de promover a inclusão e garantir a permanência de estudantes com deficiência em seus cursos. As quais para nós são de extrema importância, uma vez que nos possibilita não apenas o apoio tecnológico, mas sobretudo o apoio humano capacitado.

Aqui, ressaltamos as contribuições oferecidas pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) e pelo Núcleo de Educação Especial (NEDESP). Em relação ao CIA localizado na reitoria, destacamos o projeto aluno apoiador, criado no ano de 2012, o qual se tornou indispensável para o processo de permanência de todos os estudantes com deficiência.

Já no tocante ao NEDESP, localizado no centro de educação, ressaltamos que

o fato de poder contar com um setor que viabiliza a transcrição, digitalização e conversão de textos eletrônicos, escritos em tinta ou em braille, proporcionando assim melhor atendimento das pessoas com deficiência visual, faz toda a diferença. Além disso, ainda é disponibilizado uma sala reservada para estudo. É essencial que esses dois setores mantenham e ampliem seus serviços, pois ambos contribuem para a melhoria no processo de inclusão das pessoas com deficiência na universidade.

Se atentarmos para o fato de que a construção do referido campus teve início no ano de 1955, época em que não se pensava em promover a acessibilidade e a participação social de pessoas com deficiência, nos deparamos, por consequência, com uma universidade repleta de barreiras físicas, além da falta de qualificação no quadro de funcionários e no corpo docente para lidar com tais pessoas.

Todavia, como resultado de novas formas de conceber as pessoas com deficiência, é possível observar, na universidade, atitudes de alguns professores e funcionários que visivelmente prezam pela inclusão de pessoas com deficiência, já que trabalham na criação de projetos visando oferecer a esses estudantes condições mínimas de permanência no ambiente acadêmico.

Neste tocante destacamos a atitude de professores que acolhem os estudantes com deficiência para atuarem como monitores em suas disciplinas, experiência que para nós é de extrema importância por incentivar e acreditar na nossa capacidade enquanto ser humano e contribuindo para uma melhor formação de futuros professores mais sensíveis.

A seguir apresentamos elementos autobiográficos acerca de nossa trajetória enquanto estudante do ensino superior, esperando que esta experiência possa contribuir no sentido de dar maior visibilidade a ação das pessoas com deficiência dentro e fora da universidade.

Capítulo 4: A trajetória autobiográfica de uma estudante cega na UFPB

No decorrer de minha trajetória enquanto estudante universitária me deparei com uma série de barreiras resultante da condição de deficiência e dos ambientes que não são adequados para incluir esse grupo social, as quais deixaram marcas profundas em minha história pessoal e profissional.

Os registros elencados a seguir contém apenas parte dessas experiências que, visando uma maior organização didática, serão apresentadas à luz das quatro condições que, de acordo com a LBI art. 28 inciso II (2015), são indispensáveis no processo educacional de estudantes com deficiência: acesso, permanência, participação e aprendizagem.

4.1 Do acesso

Iniciamos esse capítulo apresentando experiências vivenciadas por ocasião de meu ingresso na universidade. Tal processo foi marcado por uma série de obstáculos, alguns dos quais são barreiras comumente enfrentadas por todos os estudantes com deficiência que chegam a universidade, outros decorrem da minha fragilidade diante da condição à época recém adquirida da deficiência visual. Por outro lado, recordamos pessoas e instâncias da universidade, a exemplo do CIA e do NEDESP, cuja contribuição foi extremamente relevância neste processo.

*A ideia de buscar um curso superior numa universidade federal já era um sonho antigo que se fortaleceu, não apenas pela necessidade de adquirir novos conhecimentos, mas sobretudo, como uma forma de encontrar respostas diante dos novos desafios que deveriam ser enfrentados em meio a esta nova realidade em minha vida, que foi a aquisição da deficiência. **Durante todo curso o que eu mais desejava era apenas ser feliz.***

Tudo começou no ano de 2012, quando eu descobri que estava acometida por descolamento de retina frontal no olho esquerdo, e posteriormente, no direito.

Um dia acordei e vi uma nuvem no olho, confesso que não havia notado antes que estava perdendo a visão, isto porque o olho direito funcionava perfeitamente, nesse mesmo dia, busquei um oftalmologista que me encaminhou a um retinólogo.

Na cidade de Sergipe, fui informada que no olho esquerdo ainda havia visão periférica e que o direito estava com 96% de visão, mas que a retina também estaria em processo de descolamento. O médico também informou que eu estava com catarata em ambos os olhos, por orientações médicas, optou-se por operar o olho direito, o que me tornaria uma pessoa com visão monocular, e após trinta dias desse procedimento o outro olho seria operado, o que não chegou a acontecer, pois no meu primeiro contato com o médico, após a realização desse procedimento, o quadro já era outro.

*Ao retirar os tampões tomei consciência de que nada estava enxergando, e então perguntei ao médico: **Doutor, quando poderei voltar a ler e a dirigir? E o médico respondeu: NUNCA MAIS.** (Diário da pesquisadora, 2012)*

Deve-se compreender que as pessoas que perdem a visão na idade adulta passam inicialmente por uma fase de choque e negações sobre a vida que terão de levar daí para frente. Por isso, deve-se conviver com essas pessoas de maneira pragmática, mostrando a elas que isso não é a pior coisa que pode acontecer na vida de alguém, embora entendamos seu sofrimento. Porém, não podemos tentar amenizar os fatos e ocultar os problemas que estão relacionados com a perda de visão e suas implicações. Temos que fortalecer nelas a ideia de superação e sua capacidade de luta e determinação. (BRUNO, MOTA, 2001, p. 144)

Fica claro o relevante papel a ser desempenhado por pessoas ou instituições próximas a indivíduos que perdem a visão na fase adulta. Mais que lamentar o fato ou encará-lo como uma tragédia pessoal, torna-se necessário apontar-lhes outras possibilidades de “ver” o mundo e as coisas a sua volta.

Motivada por esse desejo de superação, no ano seguinte, me mudei para a cidade de João Pessoa e durante alguns meses fiquei extremamente deprimida, o susto e a tristeza tomaram conta da minha vida e eu me perguntava a todo momento como eu vou viver agora? E a única frase que eu ouvia na minha cabeça era o médico nunca mais você vai ver, dirigir ou viver sozinha, você sempre vai depender de alguém.

Foi quando encontrei, num bairro chamado Valentina, um atendimento prestado pela prefeitura de terapias alternativas, esse foi o primeiro espaço que me acolheu e me ajudou. Lá eu descobri que ficar cega, não foi minha culpa que todos nós seres humanos podemos sofrer acidentes, o que eu fiz então foi cuidar do meu eu interior

nessa nova etapa da vida, mostrando a mim mesma e a todos a minha volta que a frase “nunca mais” não existe.

Um dia eu ouvi um anúncio na TV falando sobre o Enem, resolvi então fazer o tal teste para provar para mim mesma que eu ainda era capaz de realizar muitas coisas. Sempre gostei de estudar e pensei: porque não ingressar no mundo acadêmico, ao invés de ficar com o tempo ocioso? Resolvi voltar a estudar.

E assim foi, fiz a prova do Enem com o auxílio de dois ledores e um fiscal numa sala, denominada sala especial, por pessoas que necessitam de acessibilidade para a realização de exames avaliativos e provas de concurso público.

Eis o meu primeiro desafio: em razão de ainda não haver conhecido instrumentos como o soroban, precisei resolver questões quantitativas desse processo seletivo, inclusive de matemática, química e física por meio de cálculos mentais. E para minha surpresa alguns meses depois, em abril de 2014 estava eu na porta de uma sala no centro de educação da UFPB, já que fui aprovada para o curso pedagogia.

Confesso que quando cheguei a porta, sentir a tentação de voltar atrás e desistir de tudo, pois comecei a pensar: **como eu iria ler, escrever, fazer avaliações, pesquisas e trabalhos em grupos? Como seriam meus livros, como tiraria foto para uma pesquisa?**

Eu estava familiarizada ao universo escolar, mas não enquanto aluna cega. Não tinha noção dos desafios que estavam por vir, foi quando a porta abriu no momento exato em que eu havia decidido ir embora, fui acolhida pelo então diretor do Centro de Educação. Fato que o mesmo não recorda. Perguntando: pois não? Eu não consegui responder, e meu acompanhante disse: olá bom dia, o nome dela é Heloisa ela está matriculada nessa faculdade, e agora, aqui na porta ela resolveu desistir de tudo, foi então que ele respondeu: seja bem-vinda! Desistir? Depois que você encarou o Enem e foi aprovada? Se você chegou até aqui, aqui é o seu lugar, entre eu vou lhe acompanhar.”

Apesar do acesso dos estudantes com deficiência em qualquer nível de ensino já está assegurado pela legislação brasileira desde o ano 1989 (lei nº 7853), observa-se que, particularmente no contexto do ensino superior muitos são os desafios

enfrentados com estudantes com deficiência, desde a realização do Enem até sua chegada na universidade e a recepção por parte de seus colegas como também do corpo docente.

O CIA, que tem como uma de suas atribuições, contribuir com a melhoria no acesso dos estudantes com deficiência na universidade, se fez presente nesta etapa de minha trajetória, informando acerca dos meus direitos, como também fornecendo apoio humano, com os alunos apoiadores e alguns materiais, tais como: gravador de voz e computador, instrumentos extremamente úteis durante a minha permanência no curso, questão que abordarei a seguir.

4.2 Permanência

Diferentemente do que ocorre com o acesso, o período de permanência de um estudante com deficiência na universidade é permeado por obstáculos para os quais a universidade ainda não encontrou solução, ora pela ausência de condições materiais, ora pelo desconhecimento por parte dos gestores, professores e alunos em relação a tais obstáculos, alguns dos quais serão apresentados nessa seção.

Os primeiros semestres foram bem desafiadores, pois as disciplinas exigiam muita leitura e eu tinha que trabalhar com a memória auditiva, ficava muito complicado lembrar todos os conteúdos.

Além disso, uma prática comum por parte dos professores era a realização de avaliações com consulta, o que pelo fato do meu conhecimento relação aos recursos de tecnologia assistiva ainda ser limitado, era praticamente impossível. Diante dessas circunstâncias, havia uma série de negociações com os docentes que no geral se mostravam abertos para a realização de provas orais.

*Entretanto, a falta de capacitação dos professores para conviver conosco é tão explícita que alguns docentes chegaram a questionar se eu realmente era cega. Na realidade, era visível que muitos não sabiam como agir diante de nossa presença e até mesmo como nos avaliar. Havia professores que chegavam a afirmar: **só lembrei de você quando lhe vi aqui na sala.** (diário da pesquisadora, 2016)*

Durante todo o curso foram raros os professores que me indagaram acerca de como eu estudava, qual método utilizava e como funcionava a questão da acessibilidade na leitura de textos.

A experiências de exclusão dentro da sala de aula foram surgindo logo no início do curso. Nem todos os colegas demonstravam interesse em trabalhar comigo. Foi aí, que eu tomei consciência da necessidade de me auto afirmar como aluna buscando melhorar progressivamente o meu desempenho, já que na universidade somos reconhecidos a partir do nosso Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA).

*Isso acabou se tornando um problema, pois muitos colegas achavam que os professores me protegiam pela minha condição, e que eu tirava boas notas exatamente pelo fato de ter deficiência. **“como pode uma aluna cega tirar três 10? 10 é a perfeição”** (diário da pesquisadora, 2015).*

*Nos períodos consecutivos, os desafios foram se ampliando e as atitudes preconceituosas agora, partiam principalmente do corpo docente, materializada por meio de discursos, tais como: **“Pessoas normais como nós, temos que nos adaptar a pessoa iguais a você”** (diário da pesquisadora, 2015) ou **“Seu lugar é em casa, você é uma pessoa doente, você não deveria estar aqui”** (diário da pesquisadora, 2016). A discriminação excede ao campo do discurso e se converte em práticas de negação de direitos.*

*Certa vez, me inscrevi em um processo seletivo visando participar como bolsista de um projeto de pesquisa. Após a realização da entrevista, a professora publicou o resultado por e-mail, enviando uma mensagem cujo conteúdo era o seguinte: **“Infelizmente você não foi selecionada para o projeto, pois o mesmo não está adaptado para você.”** (diário da pesquisadora, 2016). Dias depois ao observar a lista de classificados e aprovados para participação do referido projeto, verifiquei que o meu nome sequer constava na lista de classificação, o que me leva a inferir que a condição da deficiência foi critério determinante para esta decisão.*

Essas e tantas outras tantas situações que vivenciei não apenas no ambiente da sala de aula, mas também em diversos espaços da universidade, geraram experiências de profunda solidão, que me levaram, por vezes, a pensar em abandonar o curso.

Era difícil circular sozinha pela praça e achar um lugar para sentar, mais difícil ainda era estar sentada, reconhecer vozes de pessoas conhecidas ao meu lado e não ser cumprimentada por elas. Passar pela experiência de perder a visão ao longo da vida, parecia mais fácil do que ter que conviver com a falta de humanidade da sociedade. Nesse momento era como se o mundo nos desse o veredito de incapacitada. (diário da pesquisadora, 2017)

Nos dias atuais a maior parte dos ambientes de uso público são inacessíveis as pessoas com deficiência, fato que é visível nos diversos espaços por onde circulamos na universidade.

Neste tocante, uma das maiores dificuldades quando cheguei a universidade foi acerca da orientação do espaço, por exemplo as salas de aula, banheiros ou qualquer outro ambiente que sempre é identificado facilmente pelo vidente.

Apesar de tais barreiras se caracterizarem como problema que dificulta nosso percurso nesses ambientes, o maior desafio que enfrentamos advém das barreiras atitudinais elencadas nos relatos acima, as quais tem sua origem em uma visão equivocada acerca da incapacidade das pessoas com deficiência, fundamentadas pelo modelo medico patológico.

Para Vygotski (1930, 1997, 2001) grande parte do rótulo imposto sobre a deficiência deriva-se de uma relação educacional bilateralmente errônea, tanto do ponto do desenvolvimento individual como coletivo ao se esquecer que as leis do desenvolvimento revelam-se uma só, estejamos nos referindo as pessoas com ou sem deficiência, e que as supostas limitações são principalmente atribuídas socialmente a um indivíduo e não por sua configuração orgânica (PICCOLO, SILVA, 2014).

Assim sendo, cabe a universidade e a sociedade em geral rever suas atitudes e compreender que, mais que um problema individual, a deficiência é uma questão social, demandando, portanto, o empenho de todos visando a construção de ambientes menos discriminatórios e mais acolhedores.

Todavia, tais experiências acabaram me estimulando e dando forças para concluir o curso, o que procurei vivenciar por meio de uma participação proativa em

diversas atividades propostas em várias etapas de formação acadêmica sobre o que tratarei na seção seguinte.

4.3 Participação

Não quero aqui, mencionar tão somente os discursos e atitudes negativas, que por vezes me desestimularam nessa longa jornada. Em oposição à falta de expectativa e ao discurso pré-estabelecido acerca da incapacidade das pessoas com deficiência, nesta seção, recordo experiências exitosas de participação vivenciadas por ocasião dos diversos projetos nos quais procurei me inserir ao longo do curso.

É importante afirmar, que neste percurso encontrei apoio de muitos colegas, professores e funcionários que acreditaram na minha capacidade, e por isso, me incentivaram por meio de palavras de perseverança e atitudes inclusivas que me fizeram sentir respeitada como um ser humano.

Como mencionei anteriormente, sempre me empenhei para estudar e conquistar meu espaço dentro da academia.

Desde o segundo semestre, eu concorri a bolsas de estudos nos diversos projetos ofertados pela universidade. Fato este, que, geralmente, não se espera por parte de um estudante com deficiência. Como todos os concorrentes, cumpri todas as etapas previstas pelo edital, não havia diferença em relação aos conteúdos e as formas de avaliação, tão pouco vagas reservadas para pessoas com deficiência.

Lembro-me que quando consegui a primeira vaga de bolsista para monitoria fui questionada por uma pessoa querendo saber como eu havia conseguido a vaga, chegando a perguntar inclusive se tinha “arrumadinho” Diário da pesquisadora (2015).

O que me deixou bastante impressionada foi o fato de que esta indagação partiu de uma pessoa cega que provavelmente não acreditava na capacidade de um colega com a mesma deficiência.

Outro questionamento interessante foi dirigido ao professor que ministrava a disciplina: **“mas como isso é possível? Ela é cega!”** E ele calmamente respondeu: **“Ela é cega sim, mas confesso que é uma das monitoras mais competentes que já tive. Na realidade eu estou aprendendo mais com ela do que ela comigo”** (Diário da pesquisadora, 2016).

É muito complicado realizar um trabalho de monitoria quando os alunos da turma não acreditam a capacidade das pessoas com deficiência que atualmente é reforçada pelo auxílio das tecnologias assistivas.

Outra experiência enriquecedora foi o fato de ser monitora da disciplina educação especial, a qual foi ministrada por uma professora com deficiência física. O fato de ambas, professora e monitora serem pessoa com deficiência, resultou em uma experiência inédita na UFPB, a qual recebeu o prêmio em primeiro lugar no Encontro Nacional de Iniciação à Docência (ENID).

Também participei do PROLICEN, no qual desenvolvi em conjunto a professora orientadora uma pesquisa cujo objetivo era analisar a percepção de docentes e discentes em relação a inserção e importância de disciplinas relacionadas a educação especial no Projeto Político Curricular de outras licenciaturas, visando contribuir para a formação de professores inclusivos.

Participei ainda de alguns projetos de extensão, dentre os quais destaco a oficina intitulada: Gertrudes a Bengala falante. Esta prática foi vivenciada por alunos, professores e funcionários da universidade visando sensibilizá-los ao novo olhar para com as pessoas com deficiência, o que implica que a minha participação na academia é marcada por um compromisso com os meus pares, no caso, os estudantes com deficiência.

Considero que é preciso fortalecer o processo de participação destes estudantes, muitos dos quais, se mantem isolados e silenciados em suas salas de aula.

Assim, o papel da universidade passa a ser não apenas o de desenvolver tecnologia, mas de desenvolver com humanidade. O auxílio ao deficiente pode ser encarado como um investimento em médio prazo, que acarretará em retorno de novas tecnologias para a própria sociedade produzida agora pelos próprios deficientes (ABREU, 2013 pag. 59).

Quando forem oferecidas aos estudantes com deficiência condições reais que possibilitem sua participação e perspectivas que os ajude a construir seu conhecimento de maneira autônoma, alcançaremos a quarta garantia estabelecida pela LBI (2015) que diz respeito a aprendizagem destes estudantes, sobre o que discorrerei a seguir.

4.4 Aprendizagem

O processo de aprendizagem defendido por Vygotsky infere troca de saberes, ou seja, à medida que aprendemos também ensinamos. Os registros a seguir, ilustram esse princípio vygotskyano, pois reúnem experiências significativas de aprendizagem por meio das quais foi possível demonstrar os saberes construídos no decorrer do curso, tanto em algumas disciplinas como, por ocasião do estágio curricular. a partir de metodologias práticas.

Ao longo desse processo, conseguimos dar visibilidade a ação pedagógica de uma professora cega, explicitando, dessa forma, que a partir de ambientes e condições favoráveis, tais pessoas podem aprender e, de igual maneira, contribuir para a aprendizagem de outros sujeitos.

Certa vez, uma professora propôs um trabalho sobre a aquisição da leitura e escrita das crianças, o qual teríamos que elaborar material didático que poderia auxiliar os educandos em uma situação real. *Solicitei a professora apenas uma condição: vender todos da sala de aula, inclusive ela.*

A aula foi elaborada sem slides, mas com material de apoio adaptado, que neste caso foi o alfabeto móvel de E.V.A, para construir o conhecimento de maneira concreta, o que é fundamental nesta fase. Além disso, visando a inclusão de todos, com deficiência ou não, inclusive da professora.

Cheguei a esta ideia, após refletir como eu saberia que os alunos estariam escrevendo ou lendo as palavras da maneira correta. Esta foi uma forma que encontrei de ao mesmo tempo ensinar e conseguir avaliar o desempenho dos educandos.

Vale salientar que durante a vivência, a professora só aguentou ficar vendada por 4 minutos. E alguns colegas que se dispuseram a participar ainda pediram para tentar se locomover dentro da sala. Após cerca de 15 minutos começaram a pedir para retirar a venda por se sentirem incomodados com a ausência da visão.

Ao final fiquei muito feliz, pois o objetivo foi alcançado, quando perguntei aos colegas quais as sensações de estar sem o sentido da visão as respostas foram interessantes. A exemplo: “Nossa, dá muito medo você perde a noção do espaço”; outro disse: “comecei a me concentrar nos sons”; um terceiro disse: confesso que foi

difícil conseguir perceber o formato das letras, principalmente porque não conseguia me concentrar com o barulho”.

Neste dia a turma se conscientizou de que algumas práticas antigas deveriam ser esquecidas e agora deveriam se sensibilizar e pensar em atitudes que incluíssem e estimulassem a participação tanto de colegas quanto dos alunos com deficiência.

Figura 1 – Alunos realizando a vivência com o alfabeto móvel de E.V.A.



Fonte: Imagem capturada pela autora.

Descrição da imagem: Pesquisadora e seis colegas de turma vendados sentados no chão em círculo, tentando identificar as letras com o alfabeto móvel ao meio.

Outra aula que é importante citar, foi desenvolvida na disciplina de didática. *Eu deveria falar sobre o processo da fotossíntese. Após pensar em maneiras de como eu conseguiria dominar a explicação de tal conteúdo, resolvi elaborar um mural sensorial com a ajuda da minha apoiadora na época, uma vez que, em uma situação real, para mim, não seria possível desenhar o processo no quadro.* Então fizemos um sol com isopor e palitos de churrasco sem ponta, usamos crepom para texturizar o tronco da árvore e pedaços de E.V.A com duas formas e cores diferentes, pois um representaria o oxigênio e o outro o gás carbônico.

Mais uma adaptação em sala de aula, foi na disciplina de geografia. O professor solicitou que a turma fizesse uma atividade com desenho representando o espaço geográfico da sala de aula. *Então eu propus que eu fizesse a mesma atividade, porém o sistema métrico utilizado foi a bengala fechada e aberta, proporcionando assim uma escala. Ele aceitou a sugestão e no dia ainda permitiu*

vendar os olhos deles e assim consegui representar do meu ponto de vista, como eu percebia a disposição espacial da sala de aula.

Figura 2 - Pesquisadora aplicando a atividade proposta com o professor da disciplina.

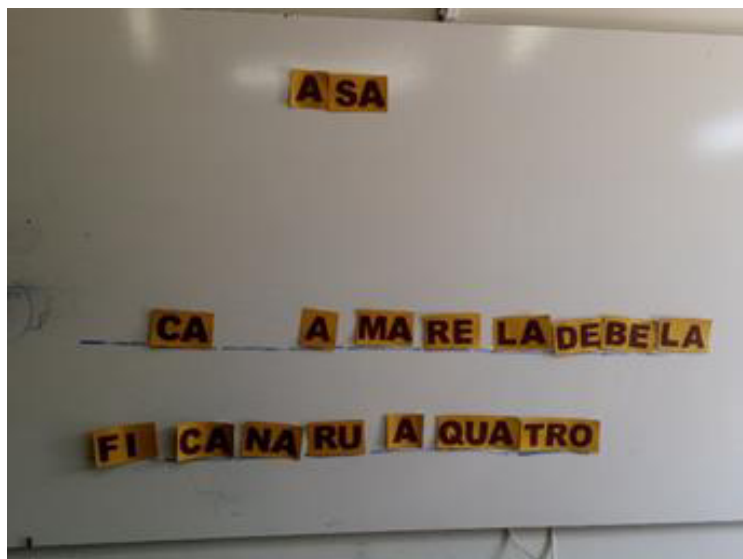


Fonte: Imagem capturada pela autora.

Descrição da imagem: A autora e o professor estão de pé na sala de aula, um em frente ao outro. O professor está com a bengala nas mãos tentando mensurar o tamanho da mesma.

Outra experiência que merece destaque do campo do estágio, foi uma aula elaborada cujo objetivo era ampliar o vocabulário dos estudantes, estimulando-os a formar novas palavras partir de sílabas de palavras de uma frase que eu elaborei. Para confeccionar a frase usei cartolina que foi recortada e enumerada e lixa para fazer as letras, almejando que todos conseguissem identificar qual sílaba era, que no meu caso seria por meio do tato.

Figura 3 – Fichas



Fonte: Imagem capturada pela autora.

Descrição da imagem: fichas de cartolina amarela, com letras cursivas em lixa vermelha formando a frase “A casa amarela de Bela fica na rua quatro”, coladas ao quadro branco da sala de aula.

Todas as experiências relatadas acima, contribuíram significativamente para mim, pois me fizeram pensar e aplicar novas metodologias para aulas inclusivas que partissem da pessoa cega para as pessoas videntes.

A aula inclusiva visa responder à diversidade de estilos de aprendizagem na sala de aula, então qualquer ação de desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas de ensino e aprendizagem de professores para a inclusão deve ajudá-los a refletir sobre formas de levantamento de informações sobre seus aluno(a)s e planejamento de diversas atividades que contemplem os estilos de aprendizagem individual. (FERREIRA, 2006, p.18)

Sendo assim, a partir das minhas experiências ficou claro que é possível professores, com deficiência ou não, realizarem aulas mais inclusivas, com materiais de baixo custo. Cabe a nós, docentes, sermos mais receptivos e buscar aprender a lidar com os diferentes grupos de pessoas que estarão presentes em nossa sala de aula.

Com isto, posso afirmar que conseguir despertar nas demais pessoas dentro da universidade, um olhar diferenciado e inclusivo, que se materializa em atitudes que

poderiam ser realizadas agora, numa nova proposta de inclusão. Pois, em todas as vivências com os colegas de curso, busquei mostrar para eles, a percepção do seu aluno, no caso cego, levando-os se colocar no lugar do outro, transformando assim, o seu pensamento e ação pedagógica.

4. Conclusão e Recomendações

Como percebemos ao longo dos diversos relatos apresentados neste trabalho, o contexto acadêmico de muitos estudantes com deficiência é cercado por uma série de barreiras. Ainda temos muito a construir.

A sociedade ainda necessita mudar suas atitudes excludentes e discriminatórias, e adotar um olhar horizontal, a partir do qual, poderá perceber a dignidade humana de cada indivíduo, independentemente deste ser ou não uma pessoa com deficiência.

Temos ciência de que atualmente nos encontramos numa conjuntura muito mais favorável para a aprendizagem das pessoas cegas, principalmente com o advento da tecnologia assistiva, que proporciona acessibilidade na vida de todas as pessoas com deficiência.

Contudo, a falta desta acessibilidade pode gerar grandes transtornos emocionais, psicológicos e físicos para as pessoas cegas. A necessidade de pessoas cegas contarem com um apoio na universidade deveria ser um assunto mais discutido na academia, pois necessitamos de um acolhimento que demanda melhorias na acessibilidade em diversas áreas tais como: no espaços físicos, na adaptação dos currículos e das metodologias de ensino e sobre tudo nas atitudes de cada membro que compõe a comunidade universitária,

Agindo dessa forma, a universidade estaria buscando soluções mais eficazes no enfrentamento de tais desafios. No caso das pessoas cegas ou com baixa visão, objeto deste estudo seriam necessárias poucas e simples adaptações visando a melhoria nos espaços físicos, por exemplo: ambientes melhor iluminados, sinalizados e de fácil identificação, o que beneficiaria não apenas aos estudantes com deficiência, mas a todos os integram a universidade.

Quanto ao item permanência de estudantes cegos na universidade, percebemos que o mesmo é pouco discutido nos diversos departamentos, centros e conselhos deliberativos. Durante essa trajetória, nos deparamos com barreiras e atitudes negativas que em muitos casos provocam a evasão dos estudantes da universidade, interrompendo o processo de inclusão no ensino superior.

Considerando que estamos em um espaço público, acreditamos que é inconcebível o fato de reproduzir olhares negativos em torno das pessoas com deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais. Todos somos cidadãos e possuímos as mesmas responsabilidades e os mesmos direitos.

Tendo em vista, que a universidade ainda não está atenta para este princípio, percebemos o quão importante é divulgar os resultados obtidos em cima de novas experiências, e apresentar o maior número de alternativas exitosas possíveis, mesmo em meio as inúmeras barreiras presentes no âmbito educacional. Incentivando assim, que a pessoa cega seja protagonista de novas histórias que vão contribuir na universidade e na sociedade de modo geral, promovendo assim uma socialização inclusiva.

Contudo, o mais importante dentro dessa concepção é acreditar na capacidade da pessoa cega, dar oportunidade para novas ideias e ouvir sua opinião a respeito dos mecanismos criados para promover uma qualidade de vida melhor.

Em contrapartida, um dos problemas mais difíceis de se conviver hoje na inclusão da pessoa com deficiência é quebrar o olhar estigmatizado criado em volta de um preconceito que gera a invisibilidade de tais indivíduos, pois, ainda somos percebidos como pessoas a margem da comunidade acadêmica.

É necessário que se tenha uma abertura maior na compreensão da pessoa com deficiência e sua individualidade. Proporcionando que tais pessoas consigam compreender o universo em que vivem, para descobrir suas potencialidades e habilidades, o que acarretará em novas discussões que proporcionem ao aluno com deficiência uma permanência humanizada, inclusiva, sem preconceitos. Dando a ele garantia de igualdade no caminho de sua trajetória escolar, onde ele será considerado como uma pessoa normal, capaz de evoluir o pensamento crítico e criar novas opções e processos de adaptações para seu crescimento pessoal, psicológico e profissional.

A universidade precisa dar oportunidade, para que tais pessoas sejam incluídas de verdade nesses espaços de produção e aprendizagem. Mostrando assim que tudo é possível, para as pessoas com deficiência que buscam enfrentar os desafios dessa sociedade excludente.

REFERÊNCIAS

_____. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual**, vol. 3 Fascículo V – VI – VII. Marilda Moraes Garcia Bruno e Maria Glória Batista da Mota, colaboração Instituto Benjamin Constant. Ano: 2001. Disponível em: <http://www.deficienciavisual.pt/x-txt-DeficienciaVisual-MarildaBruno-MGloriaMota-3.pdf>. Acesso em 18/09/2019.

ABREU, Thaís Elisa Barcelos. **O ENSINO DE MATEMÁTICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**. Campos dos Goytacazes/RJ. 2013

ALEXANDRINO, Eduardo Gauze. SOUZA, Daiane. BIANCHI, Adriane Behring. MACUCH, Regiane. BERTOLINI, Sonia Maria Marques Gomes. **Desafios dos alunos com deficiência visual no Ensino Superior**: um relato de experiência. Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul / Unisc. Ano 18 - Volume 18 - Número 1. 2017.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva . – Brasília: CORDE, 2009. 138 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Portaria nº 2.678, DE 24 de Setembro DE 2002. **Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional**. Brasília, DF, set. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão**, Brasília, DF, jul. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 02 de dezembro de 2004. Decreto de Acessibilidade, Diário Oficial, Brasília, DF, dez. 2004. Seção 1, p.1.

COUTINHO, M. M. DE A. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na educação superior e a construção de suas identidades**. UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, CAMPO GRANDE/MS. 2011. p.1 -104

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007

DURAN, Marília Claret Geraes. Biografias educativas - potencialidades na investigação e na formaçãoIn: **pesquisa (auto) biografica, fontes e questões**. Orgs: Maria Helena Menna Barreto Abrahão; Inês Ferreira de Souza Bragança; Mairce da Silva Araújo. primeira edição. Editora CRV. Curitiba, PR, 2014

FERREIRA, S.L. A inclusão na Universidade Estadual de Londrina. CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - Novos Rumos da Educação Especial, 3, 2002, Londrina. **Anais....** Londrina, 2002.

FERREIRA, S. L. **Ingresso, permanência e competência:** uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Jan.-Abr. 2007, v.13, n.1, p.43-60

FERREIRA, W. B. Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca'. In: David Rodrigues (Org) **Inclusão e Educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. Summus Editorial, São Paulo. 2006. pp. 211-238.

GARCIA, R. A. B. BACARIN, A. P. S. LEONARDO, N. S. T. **Acessibilidade e permanência na educação superior:** percepção de estudantes com deficiência. Psicologia escolar e educacional, SP. Numero Especial, 2018.

HOFFMANN, Sonia B. SEEWALD, Ricardo. Caminhar sem Medo e sem Mito: Orientação e Mobilidade. 2003. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/orienta>. Acesso em: 23/08/2019

LIRA, D. W. N. G. **Experiencias de invisibilidade:** discutindo acessibilidade de estudantes com deficiência na UFPB. João Pessoa/ PB. 2019

LIRA, Miriam Cristina Frey de. SCHLINDWEIN, Luciane Maria. **A pessoa cega e a inclusão:** um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. Cad. CEDES vol.28 no.75 Campinas, 2008. DISPONIVEL EM: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101_32622008000200003. Acesso em 244/08/2019.

MEDEIROS, Ana Maria. A Perda da Visão na Adolescência e na Idade Adulta.2009 Disponível em <http://www.bengalalegal.com/perda-de-visao>

MELLO, A. G. de. O que é capacitismo. **Inclusive:** inclusão e cidadania. 2016. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/arquivos/>. Acesso em 21/08/2019.

MINAYO, M. C. de S. et al. (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes,1994.

MOREIRA, L.C.; BOLSANELLO, M A; SEGER, R. G.. **Ingresso e permanência na Universidade:** alunos com deficiências em foco. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 125-143. 2011. Editora UFPR.

OLIVEIRA, Silvânia Cordeiro. **O trabalho com o Soroban na inclusão de alunos deficiente visuais nas aulas de Matemática.** Ebrapem 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. 2006a. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez.

PEREIRA, Sandra Regina Costa. **Orientação e Mobilidade para Cegos: relevância do atendimento desde a infância até a universidade.**São Luís – MA. 2018. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/orientacao-e-mobilidade-para->

cegos-relevancia-do-atendimento-desde-infancia-ate-universidade/. Acesso em 18/09/2019.

PICCOLO, Gustavo Martins. SILVA, Sandra Cassiano da. **A defectologia em Vygotski**: do proposto ao pensado na Educação Especial. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires - Ano 19 - Nº 192 - Maio de 2014. Disponível em : <https://www.efdeportes.com/efd192/a-defectologia-em-vygotski.htm>. Acesso em 25/08/2019.

QUEIROZ, Marco Antonio. Acessibilidade legal. 2008. Disponível em: <http://www.acessibilidadelegal.com/33-display-braille.php>. Acesso em: 05/09/2019

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. **Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior**. Revista Educação Especial v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009, Santa Maria.

SANTOS, Héllen Thaís Dos. GARMS, Gilza Maria Zauhy. MÉTODO AUTOBIOGRÁFICO E METODOLOGIA DE NARRATIVAS: CONTRIBUIÇÕES, ESPECIFICIDADES E POSSIBILIDADES PARA PESQUISA E FORMAÇÃO PESSOAL/PROFISSIONAL DE PROFESSORES IN: II Congresso Nacional de Formação de Professores XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. 2014. . . Disponível em: http://200.145.6.217/proceedings_arquivos/ArtigosCongressoEducadores/364.pdf. Acesso em 14/09/2018.

SPADER, Daniela Giacomeli. **Orientação e mobilidade**. Rio Grande do Sul. 2007? 8 slides. Slides gerados a partir do software PowerPoint.

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectologia. In: **Obras completas**. Tomo V. Trad. de Maria del Carmen Ponce Fernandez. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997. p.74-87 disponível em: <https://intervozesdotcomdotbr.files.wordpress.com/2015/01/vigotski-a-crianc3a7a-cega.pdf>. Acesso em 03/09/2019.

Portal da educação. Orientação e mobilidade. Disponível em: [https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/orientacao-e-mobilidade-\(om\)/21510](https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/orientacao-e-mobilidade-(om)/21510). Acesso em 27/08/2019.